

Secretaria-Geral Ibero-Americana  
Secretaria para a Cooperação  
Espaço Cultural Ibero-Americano

**Espaço Cultural Ibero-Americano**  
**Unidos na Diversidade**



Com o apoio de:



*“Cresce desde o povo o futuro,  
cresce desde o pé,  
alma de rumo seguro  
cresce desde o pé”*  
Alfredo Zitarrosa

A Comunidade Ibero-Americana comemorou em 2016 dois aniversários que refletem a intensidade e a força de um projeto de integração definido a partir do reconhecimento do *“conjunto de afinidades históricas e culturais”*, na Primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Guadalajara, México 1991.<sup>1</sup>

No quadro de renovação da Cooperação Ibero-Americana, surge a necessidade de formalizar uma sistematização do conjunto dos intercâmbios produzidos desde então pela cooperação cultural, em resposta *“à nova realidade internacional”*, e, simultaneamente *“posicionar nos espaços internacionais de debate sobre o desenvolvimento as necessidades e contribuições conceptuais de uma região com características particulares e um enorme acervo de experiências”*<sup>2</sup>

A Carta Cultural Ibero-Americana (Montevideo 2006), a Reunião de Especialistas sobre a Consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano (México 2013) e a publicação do Relatório da Consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano (2013), alimentam as reflexões que irão dar origem à elaboração do Primeiro Relatório do Espaço Cultural Ibero-Americano (ECI), um exercício de carácter bianual que apresentará o desenvolvimento, evolução e resultados dos Programas Ibero-Americanos de Cooperação Cultural em funcionamento e as projeções de iniciativas em processo, ao mesmo tempo que recuperará os acordos, contribuições e conclusões emanadas nas sucessivas edições dos Congressos Ibero-Americanos da Cultura, bem como as experiências de cooperação cultural à escala local surgidas nos Fóruns Culturais de Governos Locais e, principalmente, nos mandatos e reflexões dos Congressos Ibero-Americanos de Ministros e Altas Autoridades da Cultura.

Com esse objetivo, este documento inclui uma reflexão sobre o desenvolvimento, desde o seu início e para os próximos vinte anos, de um modelo inovador de cooperação cultural baseado no intercâmbio de experiências, solidariedade, confiança, respeito pela soberania cultural e fortalecimento de políticas públicas de cultura em termos de integração regional.

---

<sup>1</sup> Primeira Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Guadalajara, México, 18 e 19 de julho de 1991). Declaração de Guadalajara. México. 19 de julho de 1991.

<sup>2</sup> Áreas prioritárias para a Cooperação Ibero-Americana, dezembro de 2014.

Dos primeiros intercâmbios culturais à constituição de uma integralidade de programas e iniciativas e através de um exercício intergovernamental de práticas específicas sobre a diversidade, o Espaço Cultural Ibero-Americano (ECI) contribuiu significativamente para o processo das Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo, proporcionando instrumentos inovadores de políticas culturais para acrescentar acesso, igualdade de oportunidades e inclusão a um projeto de integração e convivência de ambos os lados do Atlântico.

### Desde o início

A Primeira Cúpula (Guadalajara, México, julho de 1991), implementou uma via inovadora, baseada no consenso e na cooperação, para abordar a questão da “nova ordem internacional”. Um estado um voto, foi o princípio que regeu a nova relação.

*“Com especial beneplácito congregamo-nos pela primeira vez na história, para analisar de forma conjunta os grandes desafios com que os nossos países se deparam num mundo em transformação. Propomo-nos, para isso, concertar a vontade política dos nossos governos para propiciar as soluções que estes desafios exigem e tornar o conjunto de afinidades históricas e culturais que nos unem num instrumento de unidade e desenvolvimento baseado no diálogo, na cooperação e na solidariedade”.*<sup>3</sup>

Reconhecendo ao mesmo tempo a forte presença do acervo cultural comum, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, a Declaração da primeira Cúpula reafirma os princípios de *“soberania e de não intervenção e reconhece o direito de cada povo a construir livremente o seu sistema político e as suas instituições em paz, estabilidade e justiça.”*<sup>4</sup>

Com base no diálogo, solidariedade e ações concertadas, define *“na aproximação respeitosa das nossas diferenças”* a base de um projeto de cooperação ibero-americana alicerçado na confluência de interesses e objetivos que *“transcendem o simples dar e receber.”*<sup>5</sup>

Destacam-se estas definições, pois são aquelas que, ao longo dos anos, irão estabelecer as bases de um importante projeto de cooperação que se assume como partilhado e de unidade na diversidade.

Foi nessa primeira Cúpula onde se apresentaram compromissos que, no futuro, iriam fazer parte da agenda dos espaços de cooperação do bloco regional: o reconhecimento das comunidades indígenas e o papel da mulher.

---

<sup>3</sup> Primeira Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Guadalajara, México, 18 e 19 de julho de 1991). Declaração de Guadalajara. México. 19 de julho de 1991.

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> Ibidem.

*“Fortalecer os mecanismos nacionais e internacionais que contribuam de forma adequada para promover definitivamente o pleno exercício dos direitos e a incorporação da mulher na sociedade em total igualdade”.<sup>6</sup>*

*“Reconhecemos a enorme contribuição dos povos indígenas para o desenvolvimento e a pluralidade das nossas sociedades e reiteramos o compromisso para com o seu bem-estar económico e social, bem como para com a obrigação de respeitar os seus direitos e a sua identidade cultural”.<sup>7</sup>*

Convém recordar que nesta Cúpula se aprovou a criação do Fundo Ibero-Americano para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas.

Guadalajara 1991, antecipou assim a agenda dos debates sobre a diversidade, a entrada das minorias nas agendas internacionais, os esquemas de cooperação que não contribuem para a exclusão de outras experiências regionais e sub-regionais, a visão de um desenvolvimento com inclusão e o estabelecimento de relações económicas internacionais mais justas e equitativas.

Estes compromissos farão parte integrante e ativa dos programas, projetos e ações que serão implementados ao longo de vinte e sete anos de experiências de Cooperação Cultural partilhadas.

## Uma Carta para a Cultura

O décimo quinto aniversário das Cúpulas teve como cenário Montevideo, Uruguai, em 2006, e foi essencialmente um passo decisivo no aprofundamento da cooperação cultural ibero-americana.

Nessa Cúpula foi aprovada a Carta Cultural, documento que define o Espaço Cultural Ibero-Americano como *“...um espaço cultural, dinâmico e singular, onde se reconhece uma notável profundidade histórica e uma pluralidade de origens e de diferentes manifestações.”<sup>8</sup>*

A elaboração e aprovação da Carta Cultural foi o resultado do desenvolvimento dos intercâmbios culturais que nessa altura contavam já com seis programas culturais em pleno funcionamento: o projeto Televisão Educativa e Cultural Ibero-Americana (Teib), agora chamado IBE.TV (2018), orientado para a produção de conteúdos e para o desenvolvimento

---

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> Carta Cultural Ibero-Americana - Espaço Cultural Ibero-Americano. XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Montevideo, Uruguai, 4 e 5 de novembro de 2006.

das televisões de serviço público (II Cúpula Ibero-Americana, Madrid, 1992); o espaço de difusão e promoção da memória partilhada através da Rede de Arquivos Diplomáticos (RADI) e do Iberarquivos, Programa ADAI (1998); a promoção, proteção e difusão da produção audiovisual e cinematográfica com o programa Ibermídia (1998); a difusão e promoção das artes cénicas através do Ibercena (2006); e de programa para o fomento da leitura que mais tarde se transformará no Iberbibliotecas (2011).

Aqui devemos retroceder à Cúpula Ibero-Americana de Salamanca, Espanha, 2005, altura na qual se define e integra como acordo especial o documento que irá estabelecer os critérios nos quais se deverá basear a Carta Cultural:<sup>9</sup> “...uma Carta Cultural Ibero-Americana que, a partir da perspectiva da diversidade das nossas expressões culturais, contribua para a consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano e para o desenvolvimento integral do ser humano e a superação da pobreza.”<sup>10</sup>

A partir do reconhecimento do valor central da cultura, indispensável para o desenvolvimento integral e coesão social, a Carta abordará as preocupações para com as identidades culturais, o papel das comunidades originárias e afrodescendentes, as línguas, os direitos culturais e o diálogo intercultural.

Refletirá também sobre o património cultural nas suas manifestações tangíveis e intangíveis, diversidade cultural nos meios de comunicação, contribuição das migrações para a interculturalidade, políticas para as indústrias culturais, conteúdos audiovisuais, problemas de distribuição de bens e serviços culturais e tudo o que se relaciona com o fortalecimento das políticas culturais.

Assim, as bases para a elaboração da Carta contêm os debates e desafios da agenda internacional da cultura numa época na qual, em consequência da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO 2001), se reconhece a contribuição da cultura como fator de desenvolvimento, o valor dos bens e serviços culturais e a necessidade de reforçar a cooperação e a solidariedade internacionais.<sup>11</sup>

É por isso que no preâmbulo a Carta reconhece que a “diversidade cultural é uma condição fundamental para a existência humana”, incluindo também referências expressas à “Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” (UNESCO 2005).<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> Base para uma carta Cultural Ibero-Americana, Anexo. XV Cúpula de Salamanca, Espanha, 14 e 15 de outubro de 2005.

<sup>10</sup> Declaração de Salamanca. XV Cúpula de Salamanca, Espanha, 14 e 15 de outubro de 2005.

<sup>11</sup> Declaração Universal da UNESCO sobre Diversidade Cultural - 2001.

<sup>12</sup> Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais aprovada na 33ª Conferência Geral da UNESCO, 20 de outubro de 2005.

A aprovação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO 2005), revitalizou a agenda internacional da Cultura ao reconhecer os direitos culturais como parte essencial dos direitos humanos, bem como o princípio de solidariedade e cooperação internacional e a soberania dos Estados na definição das suas políticas culturais.

Em virtude disto, não é de estranhar que entre os objetivos da Carta Cultural Ibero-Americana se cite o compromisso de... *“promover e proteger a diversidade cultural que é origem e fundamento da Cultura Ibero-Americana, bem como a multiplicidade de identidades, línguas e tradições que a constituem e enriquecem”*.<sup>13</sup>

A Ibero-América tem muito a dizer quanto à Agenda da Diversidade Cultural, já que na sua maioria os Estados Parte foram aqueles que se aproximaram em primeiro lugar dos instrumentos de ratificação da Convenção de 2005, com um número significativo de contributos que ajudaram a tornar o documento escrito numa ferramenta de enorme alcance para a diplomacia cultural internacional.

O relatório bianual que se propõe como sistematização das experiências de intercâmbio cultural, analisará as ações e estratégias desenvolvidas em termos de “promoção e proteção da diversidade das expressões culturais”, refletindo também as contribuições da Carta Cultural Ibero-Americana para a implementação da Convenção de 2005.

## Debates no México

Por proposta da Secretaria-Geral Ibero-Americana e com o apoio do então Conselho Nacional para a Cultura e as Artes do México (Secretaria da Cultura) e a contribuição da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), tiveram lugar no Museu Nacional das Artes do México, nos dias 12 e 13 de julho de 2013, as jornadas de reflexão sobre o Espaço Cultural.

Os debates, que concentraram as reflexões e contribuições de quarenta peritos da região, constituíram o cenário no qual se progrediu para a formulação e identidade do Espaço Cultural, cuja consolidação se traduziu no relatório produzido e publicado nesse mesmo ano com o título “Relatório sobre a consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano”.<sup>14</sup>

Neste ponto é necessário citar um encontro prévio, em abril desse ano, realizado na Cidade do Panamá no quadro do Seminário “O papel político, económico social e cultural da comunidade ibero-americana num novo contexto mundial”, oportunidade na qual se refletiu

---

<sup>13</sup> Carta Cultural Ibero-Americana - Objetivos. XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Montevideo, Uruguai, 4 e 5 de novembro de 2006.

<sup>14</sup> Relatório sobre a consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano, SEGIB, 2013.

sobre o papel da cooperação cultural e as suas vantagens para a comunidade ibero-americana no seu conjunto.<sup>15</sup>

Foram levantadas questões sobre a cultura como ponto forte da comunidade ibero-americana, o desenvolvimento de uma economia ibero-americana da cultura, o valor estratégico da cultura em e para a diplomacia regional, bem como a sua incidência nos âmbitos político, económico e social.

Embora o encontro do Panamá tivesse levantado estas interrogações, foi nos debates do México que se deram respostas e abriram caminhos para o documento constitutivo do Espaço Cultural Ibero-Americano que incluiu na sua redação os mandatos da Cúpula de Cádiz de 2012, em cuja Declaração Final se estabelece a centralidade da cultura para o programa de integração.<sup>16</sup>

Nessa Cúpula iniciou-se o processo de renovação de toda a cooperação da região e perspetivaram-se novos cenários determinantes para a cultura na Ibero-América, na medida em que se deu prioridade à agenda da equidade, inclusão social e solidariedade, reconhecendo o papel da cultura vinculado a uma nova política de integração regional e garantindo-lhe um lugar na consolidação da nova etapa.

Nessa altura, no plano regional sucederam-se projetos políticos centrados no desenvolvimento com inclusão e ao mesmo tempo experiências de um novo constitucionalismo definido a partir da pluralidade, da diversidade e de uma sucessão de processos políticos transformadores que deram prioridade a políticas públicas de acesso, participação e equidade.

O Espaço Cultural não foi alheio a estes processos, e, assim, as reflexões do México propiciaram um debate profundo sobre a capacidade das políticas culturais para intervirem ativamente e poderem contribuir para estes novos cenários com uma agenda sintonizada com os desafios de transformação das condições sociais e económicas da região.

Os debates centraram-se na cidadania cultural; alargamento dos direitos; políticas culturais como políticas de Estado; real exercício da soberania cultural; e num horizonte de transformações com impacto na cultura, que a passa a reconhecer não como setor complementar das políticas públicas, mas como elemento dinamizador da integração regional.

Este novo momento na história da comunidade ibero-americana traduz-se numa completa agenda de cooperação cultural com o pleno funcionamento dos então onze programas em

---

<sup>15</sup> Seminário “O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana num novo contexto mundial”. Panamá, 13 de abril de 2013.

<sup>16</sup> Declaração da XXII Cúpula Ibero-Americana, Cádiz, Espanha, 2012.

vigor e de dois novos programas em formulação que seriam aprovados na Cúpula do Panamá, no final de 2013.

Em 2018, o sistema de programas de cooperação cultural é integrado por: IBE.TV, RADI, Iberarquivos/Programa ADAI, Ibermídia, Ibercena, Ibermuseus, Iberorquestras Juvenis, Iber-Rotas, Iberbibliotecas, Ibermúsicas, Iberartesanatos, Ibermemória Sonora e Audiovisual, Ibercultura Viva e Comunitária, Ibercozinhas e IbertartesVisuais.

### **Cultura e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o ECI na Agenda 2030**

A Resolução aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, “Transformar o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, formula os Objetivos e as Metas para o desenvolvimento sustentável, reconhecendo simultaneamente as suas três dimensões: económica, social e ambiental.<sup>17</sup>

Os debates que antecederam a resolução contaram com inúmeras contribuições de agentes de diferentes âmbitos e geraram um movimento internacional do setor cultural que se encontrava preocupado pela inclusão de um objetivo expresso no quadro dos ODS, que relacionasse a capacidade e força da cultura com a consecução das metas 2030, considerando que a Agenda dos Objetivos do Milénio (ODM) tinha prescindido das contribuições dessa componente.

No mesmo sentido, a UNESCO realizou uma intensa campanha, através de sessões temáticas sobre Cultura e Desenvolvimento, encontros de especialistas e uma conferência internacional em Hangzhou, China, a fim de fortalecer esta iniciativa, produzindo relatórios e recomendações sobre o valor da diversidade, criatividade e património cultural como ferramentas necessárias no quadro da futura Agenda 2030.

Os resultados não foram muito satisfatórios para o setor: *“Embora Transformar o Nosso Mundo contenha algumas referências a aspetos culturais, não chega a considerar plenamente as evidências substanciais que a comunidade internacional reuniu nas duas últimas décadas sobre o papel positivo da cultura para o desenvolvimento. Neste sentido, só 4 das 169 metas que constituem os ODS contêm referências explícitas à cultura.”*<sup>18</sup>

A Agenda faz uma abordagem geral, referindo o entendimento entre diferentes culturas, a tolerância, o respeito mútuo, os valores éticos da cidadania mundial, a responsabilidade

---

<sup>17</sup>«Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável». Resolução aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 25 de setembro de 2015 70/1.

<sup>18</sup> Comunicado: A Cultura no documento final dos ODS: Há progressos mas ainda resta muito por fazer. 23 de setembro de 2015 [www.culture2015goal.net](http://www.culture2015goal.net) #culture2015goal

partilhada e o reconhecimento da diversidade natural e cultural do mundo, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento, o que representa uma primeira aproximação que exigirá ler entre linhas cada uma das metas para encontrar formas alternativas de contribuir para os ODS a partir do setor cultural.

Como é sabido, na sua maioria, as políticas culturais consideram que a garantia de acesso aos bens culturais, o fortalecimento das expressões culturais, a promoção da criatividade e a inovação e valorização do património cultural como bem social, são objetivos que claramente apontam para... *“erradicar a pobreza em todas as suas formas e assegurar um nível de vida básico”* nos termos apresentados pela Agenda dos ODS.<sup>19</sup>

Os progressos realizados pelos estudos culturais sobre sistemas de informação, impacto da economia criativa no PIB e valor acrescentado dos bens, serviços e produtos culturais à escala local assim o demonstram.

Por sua vez, as práticas culturais associadas a políticas públicas de inclusão social abrem um caminho significativo para a criação de diálogo, aproximando as oportunidades de desenvolvimento das expressões e identidades comunitárias e a participação e empoderamento de setores desfavorecidos.

Dito isto, reconhecer a falta de uma formulação relacionada com a cultura na Agenda dos ODS não representa um limite em si mesmo, mas uma oportunidade que deverá valorizar e somar essa informação de experiências partilhadas e de resultados que contribuam com propostas para a implementação, monitorização e acompanhamento dos ODS a partir da perspetiva cultural.

O número de abril/junho de 2017 da revista *The Unesco Courier* inclui um artigo interessante, em linha com o que aqui se refere, sobre a falta de reconhecimento da contribuição da cultura para a implementação dos ODS no quadro da Agenda 2030 e trata a necessidade de realizar um estudo pormenorizado e sistemático que permita construir provas das contribuições da cultura para o desenvolvimento sustentável.<sup>20</sup>

A institucionalidade cultural ibero-americana tem estado comprometida com a cultura e o desenvolvimento sustentável a partir dos seus diferentes âmbitos e, nesse sentido, muitas manifestações das Conferências de Ministros da Cultura da região referiram esse

---

<sup>19</sup> Resolução aprovada na Assembleia Geral das NU, 25 de setembro de 2015. Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

<sup>20</sup> “In spite of all the references to culture, has not adequately recognized culture’s significant contribution to the implementation of the SDGs. The precise role and impact of culture on sustainable development needs to be systematically studied, measured, and operationalized. As the implementation of the SDGs moves forward, further work is necessary to build a systematic and measurable evidence base to demonstrate each of the contributions of culture to sustainable development”. Culture: at the heart of SDGs by Jyoti Hosagrahar *The UNESCO Courier*, April/June 2107.

compromisso ao mesmo tempo que, com igual convicção, este foi incluído nas ações e desenvolvimentos dos programas de cooperação.

Vale a pena chamar aqui a atenção para a Declaração Final do II Congresso Ibero-Americano da Cultura, realizado em São Paulo, Brasil em 2009, que reconhece *“a centralidade da cultura como prática de liberdade humana que vai muito para além da divulgação, comercialização e consumo”* e que considera que *“a cultura como nível simbólico do âmbito social tem um sentido constituinte para o desenvolvimento sustentável e decide orientar os esforços que apontam para a transversalidade do âmbito cultural com outras esferas das políticas públicas dos Estados.”*<sup>21</sup>

O relatório bienal será assim um roteiro adequado para aprofundar a reflexão sobre as contribuições da cultura para as Metas e Objetivos 2030, apresentando simultaneamente os progressos e contribuições produzidos pelo acervo de experiências partilhadas durante mais de vinte e sete anos de cooperação cultural.

## Sobre a Desigualdade

*“A desigualdade tem muitas dimensões, algumas delas mais odiosas que outras, e existem muitas formas de medir essas desigualdades... No entanto, há algo de que não há dúvida: o desenvolvimento sustentável não poderá ser alcançado enquanto se ignorarem as disparidades extremas. É imprescindível que um dos pontos centrais da agenda pós-ODM seja a atenção consagrada à desigualdade.”* Joseph Stiglitz<sup>22</sup>

Não haverá desenvolvimento sustentável em termos de Agenda 2030 se a desigualdade nas suas diversas formas se continuar a incrementar; o mundo merece uma resposta a este desafio para o qual não há agentes menores, estratégias unidimensionais nem alternativas numa única direção.

Desde o início, a comunidade ibero-americana manifestou o seu compromisso na luta contra a desigualdade e, nesse quadro, já na Primeira Cúpula de Guadalajara (1991), identificou expressamente os eixos prioritários de género e etnia na sua agenda de intercâmbios.

Posteriormente, logo a partir do processo de Renovação da Cooperação e do Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana (PACCI)<sup>23</sup>, as perspetivas de género, etnia e multiculturalidade representam imperativos da agenda em todos os espaços do sistema ibero-americano.

---

<sup>21</sup> Declaração de Ministros da Cultura, II Congresso Ibero-Americano “Cultura e transformação social”, São Paulo, Brasil, 2009.

<sup>22</sup> A Grande Lacuna - “Eliminar a desigualdade extrema: um objetivo do desenvolvimento sustentável, 2015-2030. (em coautoria com Michael Doyle) Taurus, 2016 p.319.

<sup>23</sup> Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana 2015-2018, SEGIB.

Certamente que no trabalho desenvolvido pelos programas culturais do ECI se incluíram estas problemáticas em formatos próprios. Não obstante, a realização do relatório bianual irá oferecer uma visão mais precisa da incidência das desigualdades mencionadas e do seu real impacto nos intercâmbios e ações de cooperação cultural que neste âmbito se desenvolvem.

A contribuição que neste sentido pode ser dada por estudos prévios de organismos internacionais, fóruns e âmbitos multilaterais é significativa, na medida em que estes incluem informação privilegiada relativamente a assuntos tais como a participação das mulheres em todos os aspetos da produção cultural, a intervenção das comunidades indígenas na implementação da Agenda 2030 e a incidência das comunidades migrantes em contextos urbanos.

Devemos aqui mencionar casos como o do relatório da UNESCO “Igualdade de Género, património e criatividade”<sup>24</sup> que refere a falta de investigações e de dados fiáveis ao mesmo tempo que contribui com um estudo de casos da Lista do Património Mundial com perspectiva de género que demonstra haver muito poucos sítios relacionados com a história e a vida da mulher e que, na sua maioria, estes estão relacionados com arquitetos, construtores e planificadores famosos.<sup>25</sup>

Uma disparidade de oportunidades e de participação semelhante verifica-se nos setores da criação e produção audiovisual: *“a situação não é muito diferente atrás das câmaras; por cada mulher há quatro ou cinco homens nos aparelhos; as mulheres estão sub-representadas como força de trabalho; no total do mercado são 40%, mas representam 24,5% da força de trabalho no cinema argentino. Apenas 10% dos filmes são realizados por mulheres.”*<sup>26</sup>

No que respeita às comunidades indígenas, o relatório produzido pelo Fórum Permanente para as Questões Indígenas (NU) a propósito da implementação da Agenda 2030, refere que *“os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam um progresso para os povos indígenas quando se comparam com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, nos quais as questões destes povos praticamente não figuravam e poucas vezes foram incluídas nos planos de ação nacionais”* e destaca também a *“reduzida participação dos povos indígenas não só na formulação dos ODM, mas também no seu acompanhamento”*.<sup>27</sup>

O referido relatório realça ainda a necessidade de um desenvolvimento inclusivo das particularidades culturais destas comunidades, elaboração de estatísticas que incluam

---

<sup>24</sup> Igualdade de Género, Património e Criatividade, UNESCO, 2014.

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> Na nota sobre o “1º Encontro de Mulheres Cineastas e de Meios Audiovisuais”. Lucía García Itzigsohn. Página 12. 28/4/17.

<sup>27</sup> Fórum Permanente para as Questões Indígenas, 16º período de sessões, Nova Iorque, de 24 de abril a 5 de maio de 2017, Nações Unidas - Conselho Económico e Social, Relatório NU Indígenas.

identificadores indígenas, avaliações das línguas e processos de “autoidentificação”<sup>28</sup> e desagregação de dados que permitam captar essas desigualdades. Estas orientações significativas deverão ser tidas em conta sempre que se façam levantamentos para a produção do relatório bianual.

Por outro lado, as preocupações relacionadas com as desigualdades como produto dos fenómenos migratórios, fazem também parte integrante da agenda cultural ibero-americana, tendo esta reconhecido o impacto da diversidade cultural migrante como contribuição positiva e apoio aos intercâmbios culturais e não como um fator ameaçador<sup>29</sup>, antecipando assim análises recentes nas quais se destacam dados relacionados com a migração e os seus impactos nas cidades, bem como o progressivo reconhecimento da contribuição da sua diversidade.

Em linha com outros contributos intelectuais, a publicação da revista “Pensamento Ibero-Americano” aprofunda os debates sobre igualdade no quadro dos ODS, através de reflexões de pensadores de diferentes âmbitos, sendo promissor observar nalguns dos seus artigos considerações que também representam preocupações e dilemas do espaço cultural.<sup>30</sup>

São significativos os contributos sobre a relação da igualdade com a cidadania e a visão multidimensional do conceito de igualdade, cidadania e construção de identidade ou sobre a relação entre cidadania, cultura, identidade, diferença e interrogações acerca do conceito de “homogeneidade cultural relativa aos desafios emergentes do multiculturalismo e dos Estados plurinacionais”.<sup>31</sup>

Abordar a luta contra a desigualdade extrema, denominador comum do mundo globalizado, é também um imperativo da área cultural e, nessa linha, a sistematização bianual da profundidade dos intercâmbios culturais será uma ferramenta decisiva para esses temas, relativamente aos quais o Espaço Cultural já iniciou uma abordagem através da recente elaboração do “Plano Ibero-Americano para reconhecer, proteger e salvaguardar o património cultural”, da necessidade de promover o “Plano Estratégico para as Indústrias

<sup>28</sup> “Com o apoio técnico da Comissão para a América Latina e o Caribe (CEPAL) registaram-se progressos significativos na região da América Latina quanto à inclusão de perguntas sobre autoidentificação em inquéritos e estatísticas nacionais”. Informação atualizada sobre os Povos Indígenas e a Agenda 2030. Fórum Permanente para as Questões Indígenas, 16º período de sessões, Nova Iorque, de 24 de abril a 5 de maio de 2017, Nações Unidas - Conselho Económico e Social.

<sup>29</sup> Programa Iber-Rotas, “Fortalecimento das Rotas de Direitos e da Interculturalidade na Migração Ibero-Americana” - Aprovado na XX Cúpula Ibero-Americana, Mar del Plata, Argentina, 2010.

<sup>30</sup> Revista Pensamento Ibero-Americano, Novos desafios do pensamento ibero-americano. 3ª época, 01/2016, coordenada por Enrique Iglesias e publicada pela SEGIB.

<sup>31</sup> Revista Pensamento Ibero-Americano. “O pensamento da CEPAL face aos problemas contemporâneos da América Latina e do Caribe” Bárcena, Alicia (CEPAL) p. 22 e “O desacordo do regime na América Latina e algumas das suas implicações” Caetano, Gerardo (Univ. da República) p.74.

Culturais e Criativas Ibero-Americanas”, bem como da elaboração do “Guia para a incorporação da perspectiva multicultural nos programas e iniciativas”.

### **Convergência - interação - transversalidade**

Na XVIII Conferência Ibero-Americana da Cultura no quadro da XXV Cúpula Ibero-Americana de Cartagena das Índias em 2016, a SEGIB e a OEI subscreveram um Protocolo para o funcionamento do ECI a partir do documento de renovação da Cooperação Ibero-Americana. O Protocolo estabelece que a Secretaria Técnica da Conferência Ibero-Americana da Cultura é da competência da OEI enquanto que a coordenação geral do ECI é da competência da Secretaria Técnica da SEGIB. Os Congressos Ibero-Americanos da Cultura são da responsabilidade do país organizador com o apoio da SEGIB e da OEI.

Na medida em que a Cooperação Ibero-Americana representa um sistema no qual intervêm diversos agentes, será necessário considerar os intercâmbios culturais e a sua sistematização como participantes nesse sistema.

A partir desta visão de conjunto e considerando o Espaço Cultural Ibero-Americano nos seus eixos estratégicos de cultura, desenvolvimento, promoção do diálogo de políticas culturais e integração regional, propõe-se orientar o futuro relatório bianual em três direções: convergência, transversalidade e interação.

**Convergência** relativamente aos agentes do sistema, neste caso os organismos setoriais temáticos e as suas respetivas agendas de trabalho e iniciativas, na medida em que várias das suas propostas cruzam projetos de índole cultural que se podem articular com o Espaço Cultural sem que isso envolva ou vulnere especificidades, antes pelo contrário, reforce o sentido do fluxo e o fortalecimento da informação e evite a eventual duplicação de esforços.

A modo de exemplos, programas como o Observatório Ibero-Americano da Cultura, a elaboração de indicadores e de contas satélite, os empreendimentos em indústrias culturais e criativas, os programas de mobilidade de artistas e gestores culturais e o intercâmbio de boas práticas incluídos na agenda de trabalho da OEI, são progressos significativos que, articulados com as experiências que têm vindo a ser desenvolvidas nessa linha pelos programas de cooperação cultural com a coordenação e liderança da SEGIB, permitirão cruzar informações, analisar impactos e dar visibilidade a realizações comuns.

No mesmo sentido, valoriza-se a convergência da agenda do Espaço Cultural com as atividades implementadas pela Organização Internacional de Juventude (OIJ), especialmente a partir da aprovação, em Cartagena das Índias, do Pacto Ibero-Americano de

Juventude, acordo programático que reconhece a centralidade da participação dos jovens na consecução das Metas e Objetivos 2030.<sup>32</sup>

Esta articulação dará assim cumprimento a uma meta significativa de institucionalização e sistematização da cooperação ibero-americana, o que é fundamental para incrementar a sua efetividade e impacto.<sup>33</sup>

**Transversalidade** quanto a outros espaços do sistema, tais como o Espaço do Conhecimento (EIC) e o Espaço da Coesão Social (EIC), e casos específicos de programas comuns, como o Programa de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e Triangular (PFCSSYT).

*“Apesar da sua especificidade, o Espaço Cultural Ibero-Americano tem grandes pontos de convergência com os Espaços Ibero-Americanos do Conhecimento e da Coesão Social ao defender o respeito pela diversidade, desenvolvimento sustentável, produção de conhecimento e transversalidade na formulação de políticas públicas”.*<sup>34</sup>

Empreender intercâmbios de agendas entre os três âmbitos, divulgar informações progressivas sobre os programas e projetos e articular linhas de abordagem e investigação, são vias propícias que irão reforçar sinergias e a consecução de objetivos estratégicos.

No caso específico do Programa de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e Triangular (FCSSYT), o seu relatório anual fornece balanços e elementos significativos sobre os resultados da Cooperação Ibero-Americana nas suas variantes, informações que se podem retroalimentar dos levantamentos e avanços bianuais produzidos pelo Espaço Cultural.

O relatório do PCSSYT analisa a participação dos Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos Ibero-Americanos (PIPA), como geradores de desenvolvimento sustentável na região e o seu valor para o acompanhamento dos países membros no cumprimento dos ODS e para oferecer cooperação a outros países da região e de outras regiões na procura desse objetivo.<sup>35</sup>

Ora, ao analisar os impactos dos intercâmbios de cariz cultural no contexto geral, estes situam-se num segmento definido como “outras dimensões”, segmento que agrupa “ações

---

<sup>32</sup> “Posicionar a participação das pessoas jovens na Agenda 2030, através do estabelecimento de um sistema de metas e indicadores regionais de juventude para a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Acordos, ponto 1, Pacto Ibero-Americano de Juventude, aprovado na XXV Cúpula de Cartagena das Índias, Colômbia, 2016.

<sup>33</sup> Manual Operacional 2. Objetivos do Manual Operacional 2.10 e) promover sinergias dos Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos entre si e com todos os agentes da Cooperação Ibero-Americana, f) evitar duplicações e promover complementaridades com outros agentes ou iniciativas regionais, inclusivamente fora do quadro da Conferência Ibero-Americana - Manual Operacional aprovado na XXV Cúpula Ibero-Americana de Cartagena das Índias, 2016.

<sup>34</sup> Áreas prioritárias para a cooperação ibero-americana. 3.2 Espaço Cultural Ibero-Americano (ECI). Âmbito e natureza - dezembro de 2014

<sup>35</sup> Cooperação Sul-Sul, 25 anos de Cúpulas Ibero-Americanas, Relatório 2016.

de caráter multissetorial” que compreendem “cultura, gênero e outros” como “modelos alternativos de desenvolvimento”, referindo o nível de impacto deste conjunto no total dos projetos intercambiados.<sup>36</sup>

Por sua vez, na classificação dos setores de atividade do espaço ibero-americano, descreve-se a componente cultural, que, tal como mostra a figura da rubrica outras dimensões, compreende: “cultura, lazer, bibliotecas, museus e outros.”<sup>37</sup>

Considera-se assim extremamente importante a contribuição que o levantamento, avaliação e sistematização dos intercâmbios culturais pode oferecer para alargar a classificação do setor na hora de produzir relatórios no contexto da cooperação ibero-americana no seu conjunto.

No caso específico da cooperação descentralizada, esta poderá beneficiar-se das avaliações bianuais que se propõem, considerando-se que, embora na sua grande maioria os programas culturais operem para a institucionalidade cultural, como conjunto desenvolvem ações e promovem iniciativas de impacto significativo à escala local.

Neste caso, é pertinente atender ao expressamente manifestado na Nova Agenda Urbana relativamente ao desenvolvimento à escala local e à valorização da “cultura e da diversidade cultural” como contribuições para o desenvolvimento sustentável das cidades, tal como refere a Declaração de Quito: “A Nova Agenda Urbana reconhece que a cultura e a diversidade cultural são fontes de enriquecimento da humanidade e realizam uma contribuição significativa para o desenvolvimento sustentável das cidades, aglomerações humanas e cidadãos, empoderando-os de forma a que desempenhem uma função ativa e singular nas iniciativas de desenvolvimento”.<sup>38</sup>

Em consonância com a Nova Agenda Urbana, o Espaço Cultural Ibero-Americano reconheceu previamente o valor da vinculação da cultura e da sua incidência nas estratégias de desenvolvimento local, num dos seus âmbitos de debate: o Fórum de Políticas Culturais

---

<sup>36</sup> II.4.1 Perfil dos projetos e ações de cooperação a) Ao longo de 2014, a maior parte dos 552 projetos intercambiados pelos países ibero-americanos responderam a objetivos de orientação Económica e Social (70%, quatro e três de cada dez, em cada caso). Dos restantes 30%, algo mais de metade foram dedicados ao Fortalecimento institucional, enquanto que os restantes se dividiram, em proporções semelhantes, entre os dedicados ao Ambiente (6,6% do total) e a Outras dimensões de atividade (cultura, gênero e modelos de desenvolvimento) (5,2%). p. 71 Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2016. SEGIB.

<sup>37</sup> Classificação dos setores de atividade utilizada no espaço ibero-americano. Tabela A.II.1 Dimensão setorial - Setor de Atividade – Descrição Outras Dimensões - Cultura - Cultura e lazer, bibliotecas, museus e outros. A Ibero-América e a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. p.100. Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2016. SEGIB.

<sup>38</sup> Declaração de Quito sobre Cidades e Aglomerações Humanas Sustentáveis. Ponto 10.

Locais e Municipais, instância de participação da institucionalidade cultural ibero-americana.<sup>39</sup>

**Interação** como exercício de ligação da agenda da cooperação cultural ibero-americana com outras instâncias regionais e/ou sub-regionais e em colaboração com organismos internacionais.

O documento Áreas Prioritárias para a Cooperação Ibero-Americana definiu o Espaço Cultural como uma área de especialização orientada para “tornar a cultura num eixo transversal de desenvolvimento, fomentar os direitos culturais e promover a integração regional na matéria”. Coincidindo com esta definição, o Relatório sobre a Consolidação do Espaço Cultural Ibero-Americano reconheceu como necessária a ligação a agendas culturais de outras instâncias de integração, como por exemplo o Mercosul Cultural, o Conselho Sul-Americano de Cultura da UNASUL e o Fórum de Ministros de Cultura da América Latina e do Caribe no âmbito da CELAC.

Estas diferentes formações de caráter regional têm um denominador comum nos seus temas prioritários: o fortalecimento dos processos de integração regional através da cultura, diversidade cultural e defesa dos direitos culturais.

Por outro lado, a Agenda 2030 referiu a importância das dimensões regionais e sub-regionais no processo de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos ODS e, nessa ordem, de uma apropriada interação das agendas comuns, neste caso culturais, que podem vir a fortalecer e a aproximar informações sobre a incidência e o impacto das políticas culturais nos objetivos de desenvolvimento.

No que respeita aos organismos internacionais do setor, será de benefício mútuo estabelecer ações colaborativas por forma a criar indicadores específicos, intercambiar orientações e guias de ação, bem como partilhar estudos e investigações sobre temas pontuais.

## Conclusões

---

<sup>39</sup> “Face aos delicados desafios para o desenvolvimento e à democracia, a cultura nos planos mais locais é uma condição de participação e expansão das capacidades humanas. Uma política cultural fraca nos planos territoriais tende a ser um tipo de instituição frágil nas suas condições de desenvolvimento vasto e equitativo. Durante esta fase, o âmbito local será de grande importância para o desenvolvimento global e o espaço de relações solidárias.” Conclusões do Fórum de Políticas Culturais no Âmbito Local e Municipal. IV Congresso Ibero-Americano de Cultura, Mar del Plata, Argentina. 2011.

Este trabalho resume a criação da institucionalidade cultural ibero-americana logo a partir do início e o seu desenvolvimento ao longo de um quarto de século de intercâmbios frutuozos, a par de temas sensíveis da agenda internacional.

Não pretende ser definitivo, nem excludente de outras aproximações ao tema. Em todo o caso, valorizou o desenvolvimento dos intercâmbios culturais como ações colaborativas entre pares que, com recursos nem sempre numerosos mas cheios de vontade de integração através da cultura, transformaram a diversidade cultural ibero-americana num paradigma de cooperação internacional a que vale a pena dar visibilidade em profundidade.

Da primeira Cúpula em 1991; com a constituição da Carta “fundamental” da Cultura Ibero-Americana mais tarde (2006); e criando o “seu” Espaço Cultural, construiu-se uma institucionalidade cultural que tem vindo a produzir de forma sustentada ações e iniciativas de profundo conteúdo e impacto no âmbito da cooperação cultural internacional.

Quase todos os temas da cultura, ao fim ao cabo temas da sociedade, são e foram objeto de concursos, ações e intercâmbios, enfim, de inúmeras possibilidades de desenvolvimento de uma estratégia colaborativa constante.

Contamos certamente com informações sobre estas produções; de facto, os sucessivos Congressos de Cultura, Fóruns de Políticas Culturais e todos os Programas Culturais produziram informações pertinentes relativamente às suas ações.

O que é necessário agora - 27 anos depois de um exercício constante - é tornar visível essa multiplicidade e partilhar experiências. Nesse sentido, o relatório bianual proposto será um instrumento imprescindível na medida em que a recolha e a sistematização das melhores práticas, progressos e intercâmbios, salientarão a sustentabilidade, dimensão e densidade dos seus impactos nas políticas culturais e na institucionalidade cultural da região.

A Cúpula de Cartagena, que comemora o aniversário da cooperação ibero-americana, manifesta claramente o sentido do trabalho contínuo da cooperação cultural ao *“reconhecer a importância da Carta Cultural Ibero-Americana no X aniversário da sua adoção pelo apoio dado ao desenvolvimento das políticas públicas culturais que representaram um progresso na matéria, criando um modelo único, como contribuição da Ibero-América para outras regiões.”*<sup>40</sup>

Finalmente, pensar na elaboração de um relatório bianual que apresente e sistematize os resultados e avanços verificados, não só implicará um compêndio exaustivo de números, dados, orçamentos executados e/ou intervenientes, mas será também uma via de acesso

---

<sup>40</sup> Declaração de Cartagena das Índias, ponto nº 32, XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Cartagena das Índias, 28 e 29 de outubro de 2016.

para o conhecimento da profundidade de um compromisso regional para a valorização da diversidade cultural em todas as suas manifestações, como elemento aglutinador de outra alternativa possível para a construção desse “futuro que queremos”, que efetivamente “não deixe ninguém para trás”, pois construir um mundo melhor é essencialmente um exercício coletivo.